

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

V.15-23, JANEIRO/DEZEMBRO 1994

Associação dos Arquivistas Brasileiros
AAB
Diretoria 1993-1995

Presidente
Lia Temporal Malcher

Vice-presidente
Eliana Resende Furtado de Mendonça

1º Secretária
Laura Regina Xavier
2º Secretária
Rosely Curi Rondinelli

1º Tesoureiro
Sérgio Duayer Hosken
2º Tesoureiro
Ercília Lúcia Medeiros Kropf

CONSELHO DELIBERATIVO

Esfetivos
Helena Corrêa Machado (Presidente)
Adelina Maria Alves Novaes e Cruz

Daniela Francescutti Martins
Jerusa Gonçalves de Araújo
Maria Amélia Gomes Leite
Maria de Lourdes Costa e Souza
Marilena Leite Paes
Regina Alves Vieira
Suplentes
Celia Maria Leite Costa
Eliana Balbina F. Sales
Luis Cleber Gac
Maria Hilda Pinto de Araújo
Mariza Bottino
Vitor Manuel Marques da Fonseca

CONSELHO FISCAL

Esfetivos
Elizabeth Cristina de Carvalho
Illa de Souza S. Martins
Marilúcia Ribeiro Pinheiro
Suplentes
José Lázaro de Souza Rosa
Maria Luiza Ferreira Lodi

CONSELHO EDITORIAL

Adelina Maria Alves Novaes e Cruz
Ana Maria Camargo
Arno Wehling
Clarice Muhlethaler de Souza
Helena Corrêa Machado
José Lázaro de Souza Rosa
Luiz Fernando Cysneiros
Marcus Venicio Toledo Ribeiro
Maria Amélia Gomes Leite
Maria Odila Kahl Fonseca
Marilena Leite Paes
Rosely Curi Rondinelli

EDIÇÃO E IMPRESSÃO

GRAFOSOFT Projetos Gráficos e Editoriais Ltda.

Arquivo & Administração / Associação dos Arquivistas Brasileiros.

- Ano 1, n. 0 (1972) - -

Rio de Janeiro : AAB, 1972

v. : 23cm

Anual

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros

1. Arquivos - Periódicos. 2. Administração - Periódicos.

I. Associação dos Arquivistas Brasileiros

CDD 025.171

Este periódico está registrado na SCDP-SR/GB do DPF, sob o nº 397/D. 20.493/46

Editorial

Com este número (v. 15-23, 1994) dá-se a retomada da revista *Arquivo & Administração*, órgão oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) que, por motivos de ordem financeira, teve sua publicação suspensa desde 1986, com grande prejuízo para a demanda de informação especializada por parte da comunidade arquivística.

Graças ao apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do Programa de Apoio a Publicações Científicas, a AAB lança o presente número, atendendo às expectativas dos profissionais da área de informação.

No desenvolvimento de suas metas de ação, a Associação dos Arquivistas Brasileiros encontra-se voltada para o fortalecimento de seu programa de publicações, com o intuito de solidificar os canais de comunicação, não somente com seus associados mas também com instituições e entidades públicas e privadas, em nível nacional e internacional. *O Boletim*, publicação trimestral, tem conseguido manter sua periodicidade desde o segundo trimestre de 1993, contribuindo para a disseminação de informação entre os profissionais de arquivo e de outras áreas afins.

Além de artigos apresentados por colegas brasileiros, o Conselho Editorial achou por bem incluir neste número traduções de artigos elaborados por colegas de outros países e apresentados no XII Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Montreal, Canadá, em setembro de 1992, já que a bibliografia existente em língua portuguesa na área arquivística é ainda muito escassa.

Trabalhos e estudos realizados por profissionais das áreas da Arquivologia e ciências afins serão bem-vindos e submetidos ao Conselho Editorial, para análise e posterior publicação, obedecidos os parâmetros da linha editorial estabelecida pela AAB.

E assim, passo a passo, realizando cursos, seminários e congressos, editando o *Boletim* e a revista *Arquivo & Administração*, bem como outras publicações, coordenando as atividades do Fórum dos Arquivistas Lusófonos, no período de 1992-96, acompanhando os estudos e atividades do Comitê de Paleografia e Diplomática e do Comitê de Micrografia e Tecnologias Emergentes, a AAB vem cumprindo seus objetivos, voltados para um futuro alicerçado na superação dos desafios do presente.

Lia Temporal Malcher
Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros
Presidente do Fórum dos Arquivistas Lusófonos

PANORAMA DOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Mariza Bottino
Professora Adjunta da Universidade
Federal Fluminense e da Unirio

Resumo

Panorama da formação profissional do arquivista levantando as origens históricas dos cursos de graduação e pós-graduação no Brasil. Analisa a formação do arquivista no que se refere a currículo, perfil e grau de formação.

Abstract

Overview of the archivists educational background based on the historical origins of the archival studies programs in Brasil. Presents a discussion about the curriculum, the professional profile and the level of programs on archival science.

INTRODUÇÃO

O mundo atual quase que no limiar do século XXI tende a uma integração dos profissionais de informação, e a interdisciplinaridade se contrapõe aos conhecimentos estanques. Poderíamos afirmar que as palavras de ordem são mobilização para a qualidade; flexibilidade e criatividade na busca de soluções.

Originados no século passado, período em que ocorre a sistematização do ensino da Arquivologia em nível internacional, os cursos evoluem adquirindo determinadas feições que vão marcar seu desenvolvimento.

A partir do histórico dos cursos de Arquivologia no Brasil vamos levantar um aspecto que diz respeito à questão curricular, a qual nos remete à reflexão do profissional que se pretende formar.

FORMAÇÃO DOS ARQUIVISTAS

Origem histórica

A influência do Romantismo glorificando o passado, os monumentos literários e documentais, somada à exacerbação das paixões nacionalistas,

com o desenvolvimento de uma identidade nacional, marcam o século XIX, que vai produzir na Europa um movimento em favor dos estudos históricos, que serão conduzidos com o espírito científico da época e, por conseguinte, vão se voltar para as fontes diplomáticas concentradas em grandes depósitos arquivísticos acessíveis ao público.

Como consequência desse movimento intelectual e do aumento de demanda e pesquisa aos documentos, florescem na Europa, na primeira metade do século, cursos de formação profissional de arquivistas, refletindo a necessidade de sistematização e institucionalização do ensino.

Segundo Michael Cook, desenvolveram-se cinco tradições de formação profissional: "européia, ítalo-hispânica, britânica, norte-americana e a terceiro-mundista". Os sistemas de organização desses cursos se caracterizam por escolas vinculadas a grandes arquivos, cursos sob a responsabilidade de departamentos de História das universidades e centros arquivísticos associados a escolas de Biblioteconomia (apud Monteiro, 1991, p. 41-2). Essas vinculações vão marcar a feição e o desenvolvimento inicial dos cursos, como observa Bellotto (1992, p. 15).

O CASO BRASILEIRO

Considerações preliminares

Os cursos de formação de arquivistas originam-se em 1922 (Decreto nº 15.596, de 2 de agosto) quando o diretor do Arquivo Nacional, Alcides Bezerra, propõe a criação de curso técnico para a habilitação dos funcionários do Arquivo Nacional.

Em 1930, em face do projeto de criação da Universidade do Rio de Janeiro, o então diretor do Arquivo Nacional acima mencionado, demonstrando sensibilidade quanto à importância da formação do profissional de arquivo e sua vinculação à formação superior, pleiteia a inclusão do curso de arquivo ao novo sistema de organização do ensino superior, ou seja, à Universidade.

No final da década de 50, outro diretor do Arquivo Nacional, José Honório Rodrigues, retoma o projeto de criação de cursos instalando a Seção de Cursos do Arquivo Nacional (Decreto nº 44.862, de 21 de novembro de 1958).

Em 1959 têm início no Arquivo Nacional cursos de formação de arquivistas, sendo ministrados pelo arquivista Henri Bouiller de Branche cursos de aperfeiçoamento e treinamento aos funcionários da instituição. A partir desse momento a Arquivologia começa a receber um tratamento científico, propiciando

a expansão do conhecimento na área. Essa "missão francesa" passa a constituir um referencial histórico na formação dos arquivistas brasileiros.

A partir de 1960 os programas de ensino arquivístico se denominam Curso Permanente de Arquivo, com duração de dois anos e só podendo se habilitar os portadores de certificado de conclusão do curso hoje equivalente ao segundo grau.

Com base nessas considerações podemos afirmar:

a) que no Brasil, os cursos de formação de arquivistas foram originados no Arquivo Nacional, enquadrando-se dentro da primeira categoria de sistemas de organização de cursos apresentada por Michael Cook, que é a vinculação a grandes arquivos com forte influência no perfil curricular;

b) a influência francesa na formação dos arquivistas brasileiros — sentida, entre outros aspectos, na literatura e na terminologia — é a perpetuação da tradição "européia", marcada na forte presença dos arquivos históricos e das ciências auxiliares.

Graduação

Na década de 70 vicejou no cenário nacional o desenvolvimento da Arquivologia com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), a regulamentação da profissão e a formação profissional universitária, entre outros aspectos.

Iniciando esse processo, temos em 20 de outubro de 1971 a criação da AAB, com importante presença e atuação nos rumos da Arquivologia no Brasil. Em 1972, por intermédio do Parecer nº 212 de 7 de março, o Conselho Federal de Educação autoriza a criação de cursos de Arquivologia em nível superior. Em cumprimento à recomendação do I Congresso Brasileiro de Arquivologia (Rio de Janeiro, 15 a 20 de outubro de 1972) de "que seja fixado o currículo mínimo do Curso Superior de Arquivo" (Congresso Brasileiro de Arquivologia, 1979, p. 561) a AAB encaminha o projeto de currículo mínimo ao Conselho Federal de Educação (Câmara de Ensino Superior, Processo nº 1845/72).

A AAB sempre buscou ter participação efetiva no aperfeiçoamento profissional dos arquivistas mediante a realização de congressos, encontros, reuniões de grupo de trabalho, seminários e principalmente cursos de extensão objetivando a atualização e a reciclagem profissional, além do incentivo à criação de cursos de Arquivologia em nível de graduação e especialização seguindo recomendações dos congressos e encontros. Tal é o importante papel que ela vem desempenhando.

Somente através da Resolução nº 28 de 13 de maio de 1974, do Conselho Federal de Educação, é fixado o currículo mínimo do curso de graduação em Arquivologia e sua duração.

Como resultado do movimento pela autorização de criação de curso superior e da discussão em torno de um currículo mínimo, em 1974 o Curso Permanente de Arquivo, decorrente de acordo firmado entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Arquivo Nacional em 25 de outubro de 1973, passa a funcionar com mandato universitário.

A Federação das Escolas Isoladas do Rio de Janeiro (Fefierj), atual Universidade do Rio de Janeiro (Unirio), absorve através do Decreto nº 79.329, de 2 de março de 1977, o Curso Permanente de Arquivo, que passa a designar-se Curso de Arquivologia. Atualmente, o curso funciona vinculado à Escola de Arquivologia do Centro de Ciências Humanas, com carga horária total de 3.015 horas, divididas em oito períodos letivos. Uma comissão analisa e discute o currículo, com vistas a sua adequação às novas demandas do mercado.

A época, o rápido desenvolvimento da Arquivologia no Brasil se fez sentir na implantação em 1977 do Curso de Graduação em Arquivologia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul — o primeiro curso nascido dentro de uma Universidade. Esse curso acaba de implantar seu novo currículo, com carga horária de 2.385 horas, cuja integralização se dá em sete semestres.

O estado do Rio de Janeiro, além do curso da Unirio já existente, ganha um outro na cidade de Niterói, funcionando na Universidade Federal Fluminense (UFF). O curso foi criado em 1978 através da Resolução nº 73/78 de 28 de junho de 1978, do Conselho de Ensino e Pesquisa, e iniciado em 1979. O currículo do curso sofreu modificações e finalmente em 1993 um novo foi implantado, com integralização em oito períodos e 2.868 horas, totalizando 189 créditos.

Mais de uma década se passou sem que tivéssemos novos cursos de graduação — em oposição às reais necessidades do mercado, que continuava precisando de mais profissionais capacitados para solucionar os problemas.

Entretanto, em 1990 emerge a questão da graduação na Universidade de Brasília (UNB), incentivada pelo antigo Departamento de Biblioteconomia e atual Departamento de Ciências da Informação e Documentação, implantando o Curso de Arquivologia com um total de 10 semestres, 162 créditos e 2.430 horas.

Somando-se aos cursos em funcionamento na Unirio e na UFF (RJ), na UFSM (RS) e na UNB (DF), temos informação do projeto de implantação de

curso de graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Nossos cursos, permeados pela tradição "européia", hoje se inclinam para a nova tendência da Gestão de Documentos, tomando como referencial o olhar "norte-americano".

Pós-graduação

Na década de 80 organizaram-se cursos de pós-graduação lato-sensu, em nível de especialização, tanto na Unirio quanto na UFF (1983, 1984, 1985); na Universidade de São Paulo (USP) desde 1986; na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1986; na Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1988; e no Arquivo Nacional, em 1988, o Curso de Especialização em Arquivos Públicos. Em 1993, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) também realizou curso de especialização. Atualmente funciona o Curso de Especialização da USP, desde 1986, com uma carga horária média de 480 horas.

Outra iniciativa é a promovida pelo Núcleo Regional de Pernambuco da AAB, para o ano de 1994, com o Curso de Especialização em Organização de Arquivos realizado no Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, com 430 horas.

A Universidade Federal Fluminense oferecerá um no segundo semestre de 1994 o Curso de Especialização: Planejamento, Organização e Direção de Arquivos: enfoque Gestão da Informação em Empresas, com carga horária de 440 horas, divididas em três módulos. O primeiro, Arquivologia e Gestão da Informação: uma Abordagem Reflexiva; o segundo, Fundamentos de Administração e Marketing; e o último, Produção, Controle e Recuperação da Informação Arquivística.

Atualmente encontra-se em estudo na Universidade Estadual Paulista (Unesp) a implantação de um curso de especialização na Faculdade de Marília.

REFLEXÕES SOBRE CURRÍCULO

Sendo o Brasil um país de múltiplas realidades, a educação deve estar atenta a isso. Apesar de nossa comunicação não estar centrada na discussão em torno da questão curricular, não poderíamos nos furtar de problematizar esse aspecto.

Se pensarmos na Arquivologia enquanto parte integrante das Ciências da Informação juntamente com a Biblioteconomia e a Museologia, entre outras, poder-se-ia talvez repensar os currículos. Naturalmente, dentro dessas áreas de informação algumas especificidades teórico-conceituais e de objeto de estudo seriam preservados.

Podemos observar um núcleo comum entre essas ciências, cuja matéria-prima é a informação e a interface teórica subjacente. Produção documental, análise do documento e da informação, os vários tipos de registro, armazenamento, recuperação, disseminação, divulgação e preservação constituem preocupações comuns às áreas, guardadas as peculiaridades individuais.

Quem sabe não poderia ser pensado um tronco comum identificando-se dificuldades, vantagens e desvantagens que embasariam a tomada de decisão?

Em depoimento à revista *Arquivo & Administração*, Hagar Espanha Gomes já preconizava a integração no ciclo básico universitário dos estudos de formação dos profissionais de documentação considerando "viável e indispensável que essa integração se dê. Afinal de contas, se arquivo e biblioteca são agências de informação, deve haver um núcleo comum a ser explorado de maneira una". (Gomes, 1974).

Corroborando essa idéia podemos citar um anteprojeto de 1975 da Escola de Biblioteconomia e Documentação da Fefierj, atual Unirio, com a finalidade de desenvolver estudos para a criação do Centro de Ciências da Informação, contemplando Arquivologia e Museologia (Machado, 1975). Essa idéia foi retomada pela Unirio com a criação em 1988 do Mestrado em Administração de Centros Culturais, contemplando as três áreas.

É preciso verticalizar a reflexão sobre a análise do profissional que está se formando, que profissional o mercado está necessitando e que profissional está se querendo formar.

Enfim, é preciso refletir sobre a questão que traz em seu bojo dificuldades e certamente conflitos.

CONCLUSÕES

Diante do efetivo de cursos de graduação e pós-graduação, somos levados a admitir que: precisamos incentivar a formação de mais profissionais para atuarem nos arquivos, fazendo face às necessidades atual e futura; a quantidade de oferta de cursos é insuficiente; o Brasil, país com dimensões continentais, impõe dificuldades no deslocamento do pessoal para obter formação e para a

implantação de novos cursos de graduação e pós-graduação. Esses são alguns pontos, dentre tantos, que podemos levantar.

De nossa experiência atuando na formação de arquivistas resultaram algumas observações que nos levaram a uma inquietação. Nessa busca da resposta lanço aos pares a questão para que possamos refletir juntos sobre qual seria o nível mais adequado de formação profissional do arquivista: graduação ou pós graduação? Eis a questão!

Da reflexão em torno do problema resultará a crítica da realidade, contribuindo para sua transformação.

Está lançado o desafio!

Referências bibliográficas

- Bellotto, Heloisa Liberalli. A profissão e o ensino da Arquivologia. *Boletim do Arquivo*, São Paulo, 1 (1): 11-8, 1992.
- Gomes, Hagar Espanha. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, 2 (3): 14, 1974.
- Congresso Brasileiro de Arquivologia, 1, Rio de Janeiro, 1972. *Anais...* Rio de Janeiro, AAB, 1979. 726 p.
- Machado, Helena Correa. Arquivologistas, bibliotecários e museólogos de mãos dadas. *Revista Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, 3 (2): 26-7, 1975.
- Monteiro, Norma de Góes. A formação profissional do arquivista. In: Seminário bases para a implantação de um arquivo moderno, Belo Horizonte, 1990. *Anais...* Belo Horizonte, Arquivo Público de Belo Horizonte, 1990. p. 41-60.
- Paes, Marilena Leite. A formação dos profissionais de arquivo. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, 9 (2): 3-5, 1981.
- Rodrigues, José Honório. Nota liminar. In: Schellenberg, T.R. *Manual de Arquivos*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959. 177 p., p. 5-8.

NORMAS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO: FERRAMENTAS PARA O ARQUIVISTA

Sue Gavrel

(Trabalho apresentado por ocasião do XII Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Montreal, Canadá, 1992)

Resumo

O texto aborda a questão da produção dos registros eletrônicos e a necessidade de preparação dos arquivos para receberem, tratarem e preservarem esse novo tipo documental. A autora realiza uma análise da situação dos setores que geram documentos eletrônicos, da utilização das tecnologias da informação e da aplicação das normas internacionais para o Intercâmbio de Dados Eletrônicos (IDE), alertando para a tendência, cada vez mais acentuada, da produção de documentos em suportes diferentes do papel. Transporta esta experiência para os arquivos, sugerindo que sua adoção seja observada como forma de garantir a preservação e o uso dos registros eletrônicos de valor histórico.

Abstract

The text focuses on the production of electronic records and the necessity of the archives to receive, treat and preserve this new type of document. The author analyses the areas that produce the electronic records, the use of information technologies and the application of International Standards aimed at the exchange of Electronic Data (EED). She stresses the tendency nowadays to use electronic records over the use of paper as a form of record. The author expresses her point of view that the archives should adopt this form of record in order to guarantee the preservation and use of electronic records for its

INTRODUÇÃO

Embora haja uma flagrante preocupação acerca da questão dos registros eletrônicos, os arquivos ainda têm um longo percurso pela frente no sentido de garantir a preservação a longo prazo de registros de valor histórico sob a forma de gravação eletrônica. Ironicamente, a complexidade do problema de registros em papel é uma das dificuldades que inibem o progresso nesse campo. As estratégias a longo prazo devem ser a tônica atualmente, caso os arquivistas